

3. Breve história urbana da península





Fig. 01 - Península de Macau acuando da chegada dos Portugueses

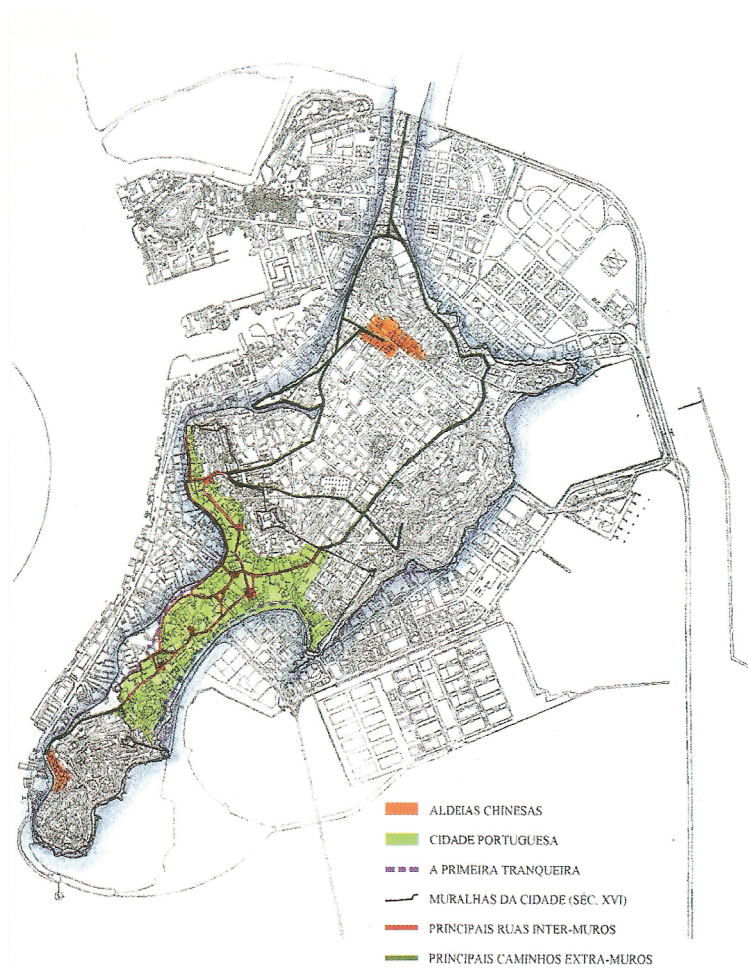


Fig. 02 - Evolução da cidade portuguesa em Macau, meados do Séc XVII

3. Breve história urbana da Península de Macau

A costa sul da China tornou-se muito importante nas rotas marítimas orientais que os portugueses faziam. A localização estratégica da península de Macau levou a um crescente interesse numa fixação para que se pudessem aqui abastecer os barcos.

Desde 1543 que os portugueses estabeleciam contactos comerciais com o Japão, assim, a foz do rio das pérolas rapidamente se revelou de extrema importância e uma ótima oportunidade de negócio.

Depois de várias paragens “clandestinas”, numa das viagens ao Japão, o comandante Leonel de Sousa fez uma paragem na península de Macau e conseguiu finalmente, um acordo com os chineses. Deste modo, em 1553 os Portugueses beneficiaram de condições especiais para o comércio na região. Nesta data obteve-se apenas autorização para que os Portugueses realizassem uma feira anual no território, mas não tardou que as vantagens se ampliassem pois este território encontra-se num lugar privilegiado para o acesso à cidade de Cantão. Assim, em 1555 o porto de Cantão voltou a abrir-se aos barcos Portugueses, uma vez por ano.¹

Em 1557 a península de Macau era já o principal centro de comércio sino-português. Os portugueses tinham, como contrapartida, o serem eles a controlar a presença de estrangeiros nesta costa e proteger o território contra ataques inimigos. Neste mesmo ano, com a integração de Macau na diocese de Goa, deu-se o reconhecimento oficial da presença portuguesa do território.

No ano seguinte o domínio do território transitou para a diocese de Malaca até à criação de um bispado próprio em Macau o qual se veio a verificar em 1575. Em 1586 foram reconhecidos os estatutos da cidade e aprovadas as estruturas governativas pelo Governo Português através do vice-Rei da Índia. Nesta mesma data foi também aprovada a designação de “Cidade de Santo Nome de Deus de Macau na China”.

Inicialmente, as fronteiras/limites do território português não estavam bem definidas. Os Portugueses chegaram ao porto, e aí começaram por se instalar. Depois, a cidade foi-se desenvolvendo da Praia pequena à Praia grande e do Monte à Penha. A Norte, para os lados do Istmo estavam os campos agrícolas e as aldeias chinesas. A primeira vez que estes limites se definiram foi quando se construiu uma cerca de Madeira que, para além da definição dos limites da cidade portuguesa, permitia ainda o controlo dos acessos e a criação de pequenos núcleos defensivos.

Inicialmente os chineses, com medo de que as forças se pudessem voltar para o seu território, não permitiam a construção de fortes e muralhas com carácter definitivo. Deste modo, eram as igrejas implantadas nos lugares mais elevados da península que serviam,

1 O Porto de Cantão encontrava-se encerrado a estrangeiros desde 1522.



Fig. 03 - Representação das inúmeras ilhas da foz do Rio das Pérolas. Uma das primeiras representações de Macau (entre 1580 e 1588)

também, como ponto de vigia da linha de Costa, algumas delas estavam até equipadas militarmente. Assim, as primeiras construções significantes e estruturantes do tecido urbano a serem construídas pelos portugueses foram as igrejas. Logo depois da sua chegada ao território foram implantadas 5 igrejas na península: St. António e S. Lourenço (1558/60); Misericórdia (1568); N. Sra. Da Esperança (S. Lázaro 1568); Sta. Maria (Sé Catedral, antes de 1576). Ainda durante o mesmo século instalam-se os Jesuítas junto a St. António (1565) e são iniciadas as construções de 3 conventos no território, tais como: S. Francisco, St. Agostinho e S. Domingos, em 1580, 1586 e 1587, respectivamente. Isto denuncia um claro predomínio do poder religioso no território nesta fase inicial.

Quando em 1580 o Vice-Rei de Cantão não aceitou a autoridade espanhola sobre o território de Macau, houve a necessidade de se formar e aprovar um governo e definir os estatutos da Cidade do Nome de Deus de Macau na China. Só nesta altura se criou a defesa local e foi instituído o Senado. *“Em 1584 é construído o primeiro edifício para o Leal Senado.”*²

Desta forma, os limites do território iam-se definindo e as relações dos chineses com os portugueses eram cada vez mais controladas. Em 1573 foram construídas as Portas do Cerco (Kuan-Chap). Estas funcionavam como uma barreira física ao possível crescimento da cidade portuguesa e eram pagos impostos sobre toda a mercadoria que era comercializada entre portugueses e chineses. Deste modo, havia também um controlo indirecto do comércio com o Japão.

No entanto, os chineses tiveram de tomar mais medidas para impedir a expansão dos portugueses no território. Para isso, em 1597, as autoridades chinesas proibiram que os mercadores portugueses construíssem novos prédios (apenas lhes era permitido reconstruir edifícios no mesmo lugar dos já existentes). Por outro lado, neste mesmo ano as autoridades chinesas estabeleceram uma alfândega no local da Praia Pequena e proibiram a admissão de japoneses na cidade.

A região onde se encontra Macau, no estuário dos rio das Pérolas, era zona de passagem obrigatória para o interior da China e para o Japão e assim, progressivamente, Macau se foi transformando na estrutura mais adequada ao serviço do comércio externo da China.

Deste modo, em Macau foi-se desenvolvendo uma sociedade e uma cidade acente na localização estratégica do território, muito voltada para o comércio. Era então um território de onde se exportavam as matérias primas da China. A cidade reflectia isso mesmo, as casas, igrejas e armazéns surgiam lado a lado, preferencialmente junto ao porto. A Rua dos mercadores era, então considerado um o núcleo comercial.

2 Relatório PIU Av. Almeida Ribeiro – Macau, Relatório da 2ª Fase, Outubro 1983, pág. 4

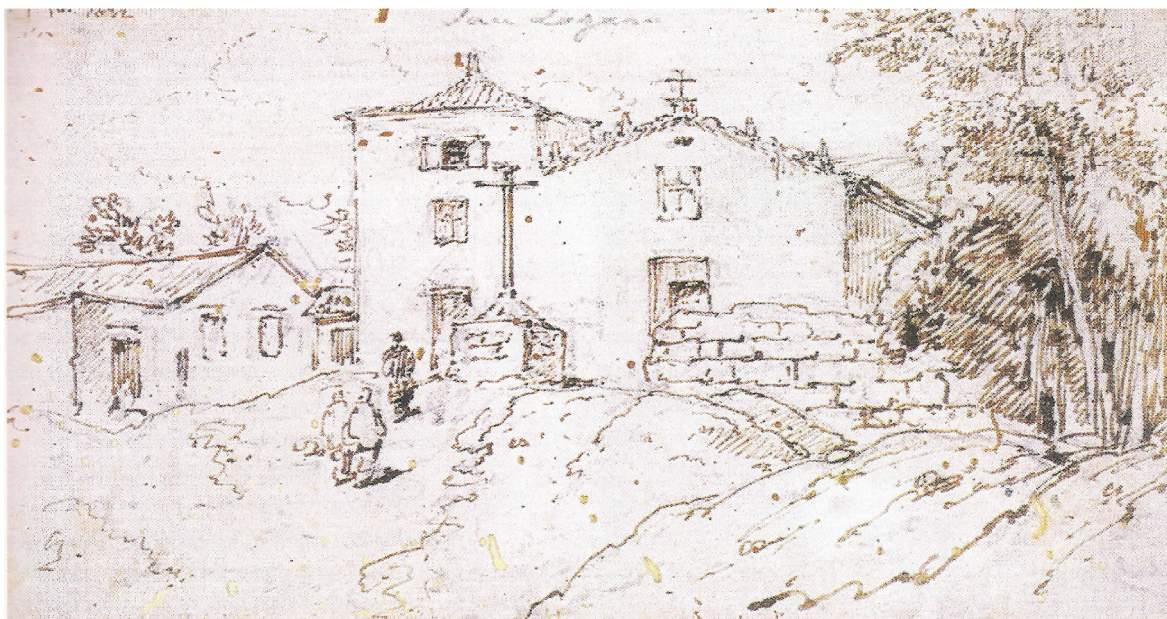


Fig. 04 - Igreja de S. Lázaro. Desenho de George Chinnery, 1832

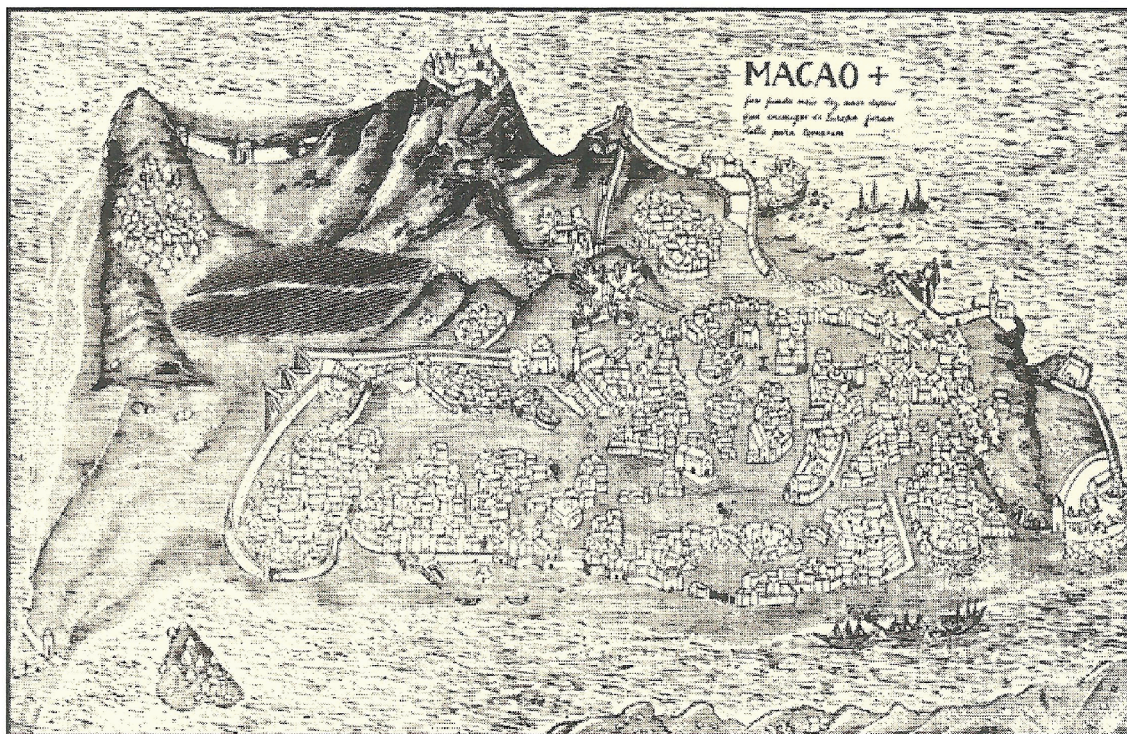


Fig. 05 - Macau em 1632 - uma das primeiras gravuras da cidade.

O comércio determinou assim, a primeira forma de ocupação e organização do território mas não tardou a que a Igreja Católica se estabelecesse como sistema de poder e se tornasse um factor aglutinador da sociedade e, conseqüentemente, do espaço urbano. Isto contribuiu para a identificação e legalização do território a nível internacional.

Em 1558 surge, junto à ocupação dos portugueses em Pantane, próximo do porto, a primeira igreja paroquial de invocação de Santo António, construída pelos Jesuítas. Nesta segunda metade do Século XVI foram construídas várias igrejas no território, das diferentes ordens religiosas. Depois dos Jesuítas, os Agostinhos construíram a sua igreja em 1560. Em 1576 é construída a Catedral de Macau. Em 1580 os Fransiscanos iniciam a construção do seu convento na periferia da cidade e, em 1587 surge a igreja dos Dominicanos.

No final do século XVI houve uma expansão urbana no sentido do Monte para a Barra como consequência do aumento da população o que levou a que fosse construída mais uma Igreja, a Igreja paroquial de S. Lourenço (próximo do convento de Santo Agostinho). A capela de S. Lázaro surgiu junto a uma leprosaria na periferia da cidade, numa zona de transição para os campos agrícolas chineses. Mais tarde, em 1634 surgiu, próximo do convento de S. Fransisco, o convento das freiras Clarissas.

Ao se fixarem tantas ordens religiosas, estas, inevitavelmente, marcaram o aglomerado. Do mesmo modo, não tardou muito a que a Igreja fosse condutora das populações e se transformasse detentora de grande número de propriedades e bens. Pode dizer-se que a Igreja Católica conferiu a Macau características muito próprias que se reflectiram na organização do espaço urbano de uma forma que ainda hoje é notória. De salientar que as construções religiosas são “aglutinadoras” da fixação da população e é em torno delas que a população se vai fixando.

A primeira metade do século XVII foi de extrema importância também pelo facto de ter sido criada uma estrutura governativa local, que representava o poder central. Havia no território uma confluência de interesses pelo que o Senado se tornou, ao longo da história, numa estrutura fundamental que adaptava a legislação e as ordens portuguesas aos problemas reais do território e à dinâmica das relações locais com a comunidade chinesa e o Império da China.

Nesta época, o território era sucessivamente atacado por embarcações holandesas (na zona da Praia Grande e da Praia de Cacilhas) o que levou a que fosse necessário organizar a segurança da cidade. Assim, em 1616 foi nomeado, pelo Vice-Rei da Índia, para a cidade de Macau um governador de Guerra. Seis anos mais tarde, em 1622, foi organizado um conselho governativo que em 1623 se tornou num governo.

Durante o século XVII os portugueses passaram por fases onde sofreram crises de autoridade sobre o território e os seus habitantes. Por outro lado a igreja católica continuava uma estrutura de poder estável, mas isso não evitou que as hierarquias chinesas reforçassem os seus poderes.



Fig. 06 - Planta de Macau, 1634.



Fig. 07 - Península de Macau, pormenor de uma carta de 1646).

Nesta época, os portugueses possuíam casas luxuosas e acumulavam grandes fortunas. As famílias portuguesas que aqui residiam, estavam relacionadas com as melhores famílias portuguesas da Índia. Movidos por esta prosperidade que se vivia na cidade, outros povos atacaram Macau repetidamente na primeira metade do século XVII. Estes sucessivos ataques levaram a que, em 1622, as autoridades chinesas responsabilizassem os portugueses pela defesa do território. Assim, nesta data, foram também renovadas as velhas e provisórias fortalezas.

Em 1621 existiam na cidade cerca de 700 a 800 portugueses e mestiços e cerca de 10 000 chineses. Fora das muralhas da cidade portuguesa existiam já sete aldeias chinesas, duas de pescadores _ Barra e Macau Seac _ e outras cinco entre as muralhas e Mong-Há _ Patane, San Kiu, Mong-Há. S. Lázaro e Lon-Tin-Shing. Estas aldeias chinesas, constituídas por casas modestas de planta regular e cobertura de duas águas, apresentam uma grande regularidade no alinhamento. Esta uniformidade era alterada apenas em casos de necessidade de adaptação à morfologia do terreno, relação com a paisagem _ água para os pescadores e terra cultivada para os agricultores _ e pela existência de algum edifício importante.

Ao contrário de outras colónias portuguesas no oriente como Goa e Malaca, onde já existiam cidades antes da chegada dos Portugueses, a cidade de Macau foi criada por estes. Não existia nada no território antes da chegada dos portugueses (apenas três pequenas aldeias chinesas) e tornou-se num entreposto, rico e importantíssimo, entre Malaca e o Japão.

A cidade portuguesa do século XVII desenvolvia-se dentro da muralha “provisória” de Madeira _ as paredes eram construídas em taipa e/ou “chunambo”³. Era na cidade que existiam mais núcleos de construção _ os núcleos mais densos e importantes já tinham sido definidos no século XVI _ como as zonas do porto, Santo António-Patane, Monte-Sé e ao longo da Rua Central em direcção à Penha (eixo mais extenso e aberto).

O local de ocupação mais antigo foi a noroeste, numa área adjacente ao Porto Interior. Esta área a noroeste foi-se desenvolvendo, mesmo depois de 1590. Nesta altura a zona da Barra teve também um grande desenvolvimento pelo facto de aí se ter instalado uma comunidade chinesa bastante próspera. Nesta área, ao contrário da área de ocupação portuguesa, a organização dos lotes reflectem a existência de um planeamento prévio. A estrutura da cidade era ainda pouco consolidada onde os únicos edifícios de referência eram as igrejas e armazéns.

Na primeira metade do século XVII era grande a influência da igreja católica, entre outras coisas, na organização da cidade, tanto que em 1638 podiam já contar-se, no pequeno território, seis conventos _ Jesuítas, Capuchos, Dominicanos, Agostinhos, Fransiscanos e Santa Clara _ duas paróquias _ S. Lourenço e Santo António _ mais uma capela de S. Lázaro

3 Cal derivado da casca de ostra queimada. Em Macau existia uma fábrica importante _ o nome “chunambo” deriva de “chunamo” (em chinês “cal de ostra”)



Fig. 08 - Fachada das Ruínas de S. Paulo, 1913

fora das muralhas. Mas nesta altura já não eram apenas as construções religiosas a marcar o território, existiam também boas casas, pertencentes a uma população abastada, na sua maioria mercadores ocidentais, que se encontravam entre S. Paulo e o Mar.

Mas em 1639, com a expulsão dos portugueses do Japão, o desastre financeiro em Macau foi inevitável, consequência da perda do comércio. Contudo, este desastre financeiro, foi de certa forma minimizado com a abertura de novos mercados no Oriente como Timor, Solor e na China.

Na zona portuguesa do território, em meados do século XVII, não era aplicado qualquer regulamento, pelo que a construção surgia de forma livre. Assim, o traçado viário era irregular. A cidade desenvolvia-se em torno da Rua Central (ou Rua Direita) e o Largo do Senado _ aqui desembocavam duas ruas importantes e sete secundárias. A cidade crescia de forma desorganizada sendo os espaços mais relevantes na estrutura urbana os espaços abertos junto a igrejas e edifícios públicos de maior importância.

Assim, na cidade portuguesa, os edifícios religiosos eram os pontos mais importantes da malha urbana desorganizada. Estes edifícios, e os seus espaços envolventes, tornaram-se pontos de referência e de imagem da cidade. As igrejas e conventos eram, assim, polos agregadores e unificadores da população.

As casas, geralmente de dois pisos, seguiam um estilo semelhante ao de Goa _ alterado ao nível do pormenor por “modos de construir” e decoração chinesa. A cidade portuguesa foi-se expandindo em direcção à aldeia chinesa da Barra com as casas a ocupar não só as áreas planas como também as colinas. Nesta cidade aparentemente irregular, desorganizada e confusa, as muralhas, embora “provisórias”, surgiram como um elemento unificador que, de certa forma, ordenou e clarificou a malha urbana.

As aldeias chinesas eram, geralmente, áreas de grande densidade habitacional. As construções eram bastante compactas e eram loja e residência, todas de tijolos, cobertas com telha e desenvolviam-se ao longo de ruas muito estreitas. Esta comunidade que ocupava a parte ocidental do território foi-se expandindo ao longo do Porto Interior _ esta área era conhecida como o Grande Bazar, e assim foi chamada até ao século XIX.

Para além das comunidades portuguesa e chinesa, nesta época existia também, na península, a comunidade persa, na zona da Barra.

As construções religiosas foram, como já foi referido, pontos de grande importância na malha da cidade portuguesa em Macau. Mas, estas começaram por ser construções extremamente precárias _ de madeira, com fachada plana, só uma nave e capela-mor simples. No início do século XVII, estas pequenas construções rudimentares eram gradualmente substituídas por construções de taipa e só bastante mais tarde é que se tornaram em edifícios de pedra, bastante amplos e ornamentados. Por exemplo, a igreja do convento de S. Paulo, fundado pelos jesuítas no final do século XVI, começou por ser um edifício de madeira,

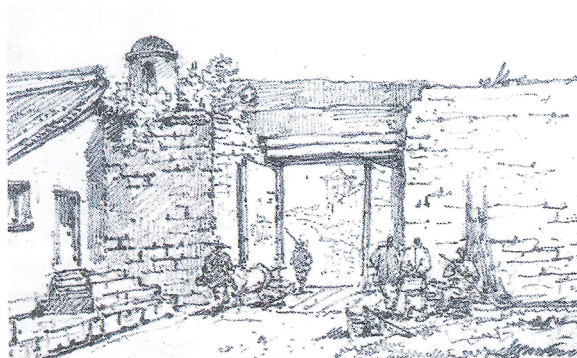


Fig. 09 - Porta norte da cidade de Macau, Desenho de George Chinnery (1830-1833)

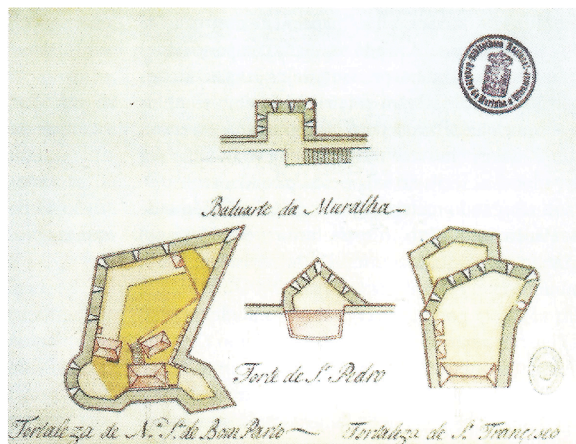


Fig. 10 - Fortalezas de Macau, 1740



Fig. 11 - Edifício e Largo do Leal Senado, 1950



Fig. 12 - Largo do Leal Senado na década de 50. Edifício dos correios (em frente), edifício da Santa casa da Misericórdia (em frente à esq").

bastante primitivo. Só em 1640 é que ficou concluída uma construção mais cuidada e ampla, que veio substituir a anterior, onde já se utilizava a pedra. Hoje em dia só podemos encontrar a fachada, o pavimento de pedra interior da igreja e a escadaria de acesso, tudo o resto foi completamente destruído num incêndio em 1835. O convento de S. Domingos, a quando da sua fundação, no século XVI, por dominicanos, tinha um edifício de madeira que só no século XVII foi substituído pelo edifício actual.

Para além dos edifícios religiosos, a cidade era também marcada por alguns edifícios públicos de maior importância. Entre eles, podem ser destacados o da Misericórdia, o do Leal Senado, os Hospitais e algumas habitações de famílias mais abastadas.

Foi também durante o século XVII que as construções de carácter militar e defensivo começaram também a pontuar a cidade. Entre essas construções estavam vários fortes, fortins e muralhas. Estas construções foram surgindo, na sequência do facto das autoridades chinesas terem encarregue os portugueses da defesa da cidade, que era constantemente atacada sobretudo por embarcações holandesas.

*“A muralha que então se levantou era solidamente construída em taipa e integrada por fortalezas, fortes e fortins. Partindo do porto interior, ligava-se à Fortaleza de Palanchica e à do Monte, seguindo depois pelo Forte de S. Jerónimo ou S. Januário até à costa nos terrenos do Convento de S. Francisco, onde se levantava o forte do mesmo nome à entrada da Praia Grande. Protegento a baía, continuava pela linha da costa até ao Forte de S. Pedro e à Fortaleza do Bom Parto, subindo depois para a zona da Penha, onde se instalou mais um forte, e daqui descia para o porto, ao longo do qual a cidade era protegida também em toda a extensão por um muro ou pano de muralha em que se abriam as do cais.”*⁴

A cidade portuguesa ficou assim rodeada por uma muralha que só se comunicava com as aldeias chinesas da península através de duas portas _ porta de Santo António e Porta do Campo _ e por pequenas aberturas na muralha ao longo da costa. A maior parte dos muros pertencentes à muralha que faziam fronteira com aldeias chinesas foram destruídas ainda durante o século XVII, mantendo-se apenas alguns fortes. Fora da muralha existiam também outros pontos de vigia e de defesa do território, como o Forte da Guia _ localizado no ponto de maior cota do território _ ou o Forte de Santiago da Barra _ na ponta da península, para poder controlar os barcos que se aproximavam do porto.

O século XVIII foi marcado por crises ou mudanças, quer na Igreja, quer no Senado. O número de chineses cristãos aumentou muito, ao mesmo tempo que algumas ordens religiosas eram expulsas do território e havia uma quebra no poder da igreja. A presença de estrangeiros passou a ser mais frequente na cidade, e as autoridades chinesas iam lenta-

4 Revista Cultura nº 34 (II Série) Janeiro/Março 1998, página 94, Instituto Cultural de Macau



Fig. 13 - Igreja de São Domingos, 2009



Fig. 14 - Igreja de Santo Agostinho.

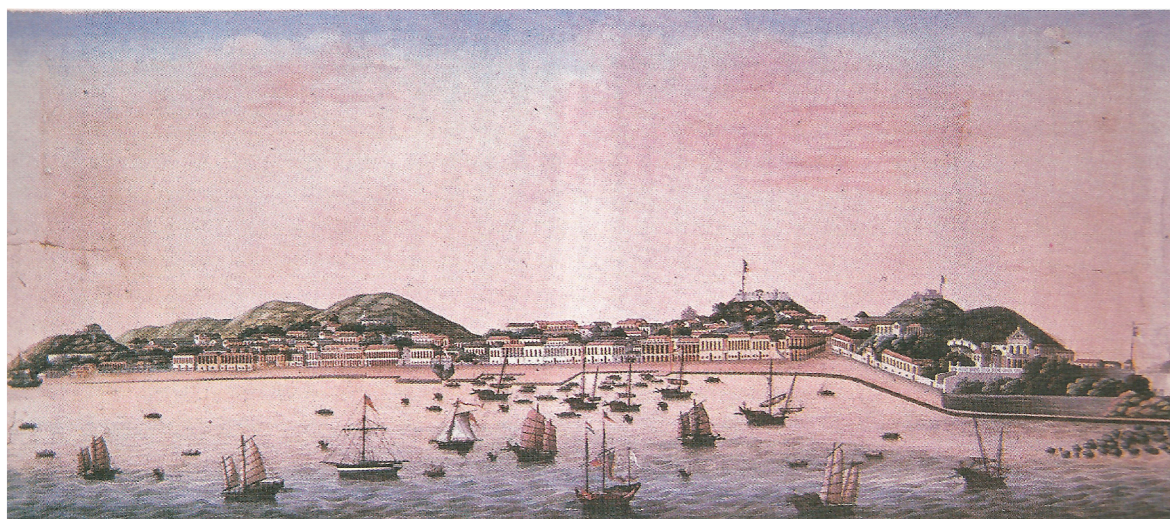


Fig. 15 - Vista da Praia Grande, 1835

mente tentando retomar a soberania sobre o território. Todas estas mudanças fizeram com que a imagem de Macau se alterasse um pouco, não só ao nível económico e populacional, como também ao nível urbano. No entanto, a estrutura base da cidade manteve-se, durante este século, idêntica à do século anterior. A área portuguesa desenvolvia-se entre a igreja de Santo António, Patane, Forte e igreja de São Paulo e o mar _ onde se concentrava a população mais abastada. Existia também fixação de estrangeiros e alguns portugueses junto aos conventos de S. Agostinho, S. José e S. Lourenço. Mas já no final do mesmo século, os portugueses e a igreja retomaram a sua autoridade, de tal forma que em 1784 foi criada a alfândega portuguesa _ que funcionava num edifício próprio, junto ao porto interior, numa zona de extensão da cidade portuguesa, entre a praia do Manduco e a praia Pequena _ e no início do século XIX algumas igrejas foram reconstruídas com materiais mais duráveis, substituindo a taipa. Em 1801 foi reconstruída a igreja de S. Lourenço, a dos Agostinhos em 1814 e, 10 anos mais tarde, em 1824, foi a vez da igreja de Santa Clara.

A estrutura governativa da cidade alcançou também mais estabilidade, fruto de uma administração mais eficaz, o que fez com que fosse possível fazer melhoramentos na cidade e lançar propostas de desenvolvimento numa perspectiva de continuidade. Assim, surgiu a construção de caminhos e estradas que ligavam a cidade portuguesa às aldeias chinesas. Foi nesta altura que se construiu, por exemplo, a estrada de Mong-Há.

No século XVIII, a cidade continuava organizada à volta dos edifícios religiosos, Santo António, São Paulo, São Fransisco, Santa Clara e Sé, que tinham, associados amplos espaços públicos abertos na malha. Esta organização contrastava com a zona de ocupação chinesa onde existiam quarteirões de forma alongada, cortados por becos e travessas muito estreitas _ este conjunto, ou o Grande Bazar como era chamado, tinha como ponto importante a área onde se encontrava a Igreja de São Domingos, a Rua dos Mercadores e os topos orientais das ruas dos Ervanários, das Estalagens e da Palha. Todo este conjunto era limitado a norte pela rua da Praia Pequena.

Na zona portuguesa o sistema viário era ainda irregular, mas contava já com dois eixos fundamentais _ um que ligava a Rua Central a São Paulo, passando pelo Senado e outro que ligava São Fransisco a São Paulo.

A população europeia aumentou bastante, mas não o suficiente para que existisse uma expansão da cidade para além dos limites já definidos no século XVII. O aspecto mais significativo foi a consolidação da zona da Praia Grande, com a construção de uma frente de edifícios sobre a baía, entre os fortes do Bom Parto e de São Pedro. Aqui surgiu então, uma avenida longa, um passeio marginal construído paralelo ao Mar. Esta avenida era ligada à rua Central por travessas. Da muralha apenas persistiu o tramo entre São Fransisco e São Paulo, tudo o resto foi destruído.

Os chineses cristãos, continuavam a fixar-se na zona de São Lázaro.

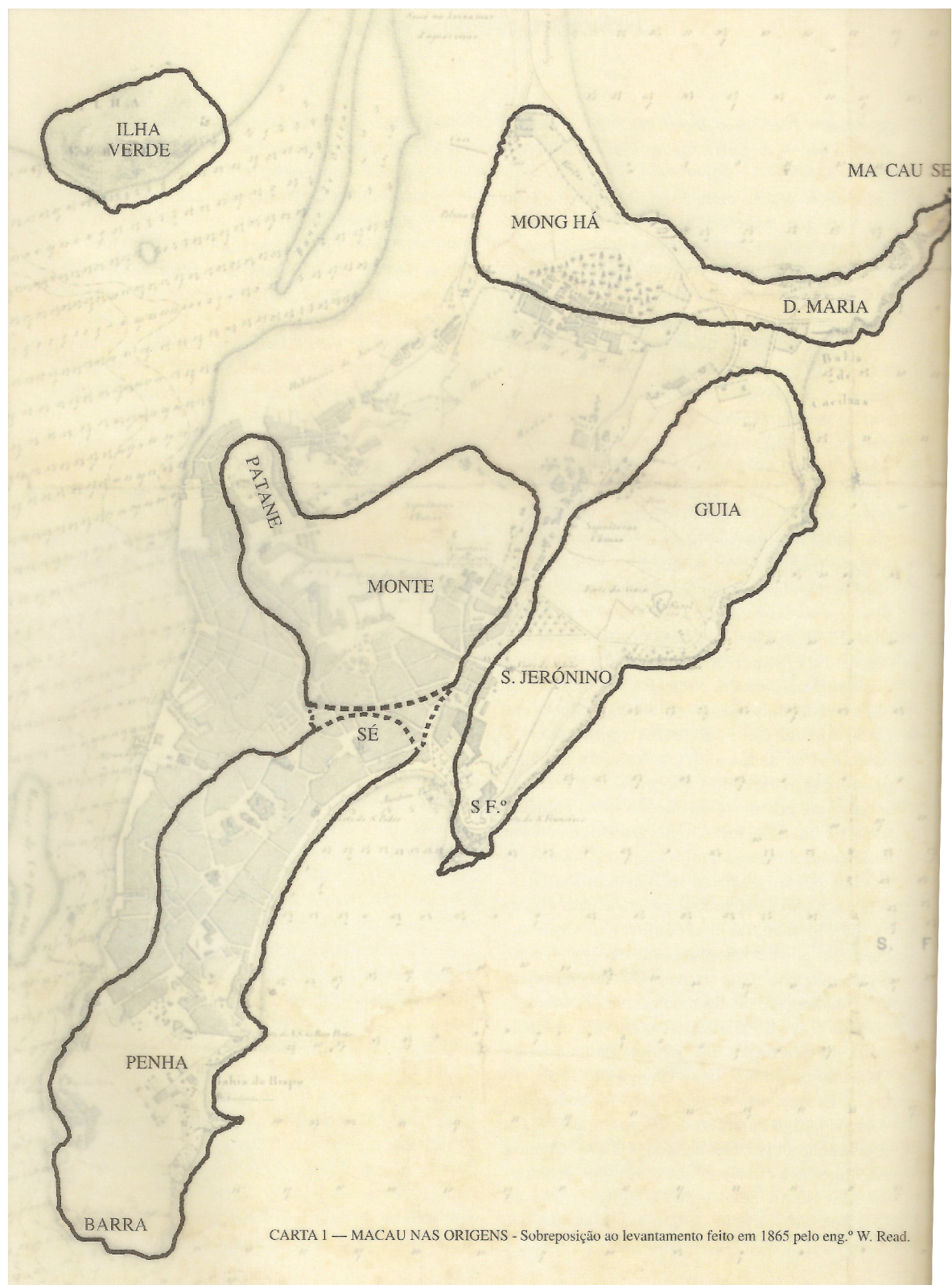


Fig. 16 - Zonas de Macau.

Ao contrário do período anterior, no século XIX, a estrutura urbana da cidade foi-se alterando. Durante a primeira metade do século, surgem novos aterros nas zonas da Praia Pequena e do Manduco, permitindo assim, o surgir novas construções. Desta forma, implantaram-se dez quarteirões regulares e alinhados que são a primeira intervenção programada. Estes quarteirões ainda hoje existem entre as actuais Avenida 5 de Outubro e Rua do Guimarães.

Foi também durante o século XIX que se deu a implantação dos cemitérios. Assim, surgiu em 1821 o protestante, em 1829 o dos persas e, por fim, em 1837, perto do São Paulo já em ruínas, o cemitério católico. Surgiu também o Jardim Botânico _ hoje chamado de Jardim de Camões _ que foi o primeiro de vários jardins e espaços verdes implantados na cidade na segunda metade do século XIX.

Durante a primeira metade do século, aconteceram também diversos acidentes que afectaram edifícios embelemáticos da cidade. Em 1824 um incêndio afectou o convento de Santa Clara e, no ano seguinte, outro destruiu parte do convento e igreja de São Paulo. Em 1831 um tufão afectou a zona da Praia Grande o que levou a que houvessem obras de reparação e melhoramentos. E em 1835 outro incêndio atingiu novamente São Paulo onde apenas resistiu a fachada da igreja e a escadaria.

Durante a primeira metade do século XIX, a população cristã, que vivia na cidade, era de 2130 na zona da Sé, 1720 em São Lourenço e, por fim, 456 em Santo António. No entanto, eram já 8000 os chineses cristãos e 22500 os chineses não cristãos que viviam fora das muralhas.

Ainda durante o século XIX os ingleses estabelecem-se em Hong Kong e os portos da China abriram-se ao Ocidente, acontecimentos que influenciaram de forma decisiva a evolução de Macau. Assim, após três séculos em que Macau beneficiava em ser o único entreposto de comércio entre o Ocidente e a China com a fundação da cidade de Vitória pelos Ingleses, em Hong Kong, em 1843, não tardou a que o território agora inglês crescesse prosperamente e fosse dotado de um grande porto. Assim, as companhias estrangeiras estabelecidas em Macau foram atraídas pela prosperidade do novo território. Rapidamente Hong Kong superou Macau quer na exportação de produtos chineses quer na importação de produtos ocidentais. Assim, Macau depois de 3 séculos de uma situação privilegiada passa a depender do novo entreposto inglês.

Nesta época os governadores das Colónias passaram a ser preferencialmente militares. João Maria Ferreira do Amaral foi o primeiro governador desta nova fase. Governou de 1846 a 1849 e tomou medidas contorversas num território habitado maioritariamente por chineses. Assim, foi durante o seu governo que se anexaram ao território português as ilhas da Taipa e Coloane e se estabeleceu um plano de melhoramentos na cidade e de expansão para os antigos campos agrícolas chineses entre o limite da cidade portuguesa e as Portas



Fig. 17 - Arco de passagem das Portas do Cerco. Anos 70.

do Cerco. Estavam a ser tomadas medidas que anunciavam que a soberania portuguesa se iria estender a todo o território da península, incluindo a cidade portuguesa e as aldeias e campos chinesas o que veio a acontecer logo após o assassinato do governador em 1849. As aldeias e ocupações chinesas foram então integradas como extensão da área urbana. Em 1871 foi construído um grande arco na passagem das Portas do Cerco que veio reforçar a soberania portuguesa em toda a península.

Com a extinção das ordens religiosas em 1834, a Igreja perdeu a importância e viu os seus poderes diminuídos ou mesmo retirados. As construções religiosas, depois de expulsos os monges e as freiras, foram expropriadas e ocupadas e, em parte, destruídas. O que restou do Convento de S. Francisco foi, em 1851, transformado em quartel – os seus jardins e hortas passaram a espaços públicos e parte deste foi demolido. No interior da cidade fixou-se no do convento de S. Domingos o corpo da polícia, em 1867.

A diocese passou a ser a única entidade religiosa representadora e em 1850, a Sé-Catedral foi totalmente remodelada.

Nesta altura foram estabilizados os limites territoriais portugueses e surgiram instituições públicas como os tribunais, repartições de finanças e capitania do porto.

Quando em 1849 os portugueses afirmaram a sua soberania sobre todo o território da península e ilhas surgem desentendimentos locais em que cada um reivindicava direitos sobre os espaços.

Durante os vários séculos de soberania portuguesa no território, as trocas culturais, entre dois povos com hábitos tão distintos, foram lentas mas profundas o que se veio a reflectir em comportamentos, manifestações culturais e também na cidade ao nível da arquitectura e do urbanismo.

Durante a segunda metade do século XIX, Macau recebeu várias vagas de emigração que vinham da China, ao mesmo tempo que a população enriquecia com o comércio de escravos e do ópio. A este tipo de comércio junta-se a exportação do chá que se revelou muito rentável. Mas no final do século XIX Macau entra num período de decadência económica pelo facto de ter sido proibido o comércio de escravos e por terem diminuído drasticamente as exportações de chá. O “monopólio do jogo” (1886) veio, de certa forma atenuar essa crise económica.

Devido à forte emigração que se fazia sentir em Macau, de 1841 a 1867 a população residente passou de 25 000 habitantes para mais de 55 000. A maior concentração era na chamada cidade cristã seguida da zona do Bazar.

Os portugueses que representavam uma pequena percentagem da população total de Macau, tinham funções ligadas a serviços. Os chineses, na maioria eram comerciantes ou trabalhavam em pequenas fábricas de carácter artesanal. Em 1910 a população de Macau atingiu os 65 733 habitantes. Entre 1910 e 1920 a população teve ainda um crescimento de cerca de 13% mas a estrutura da cidade manteve-se o que fez com que aumentasse a densidade populacional, sobretudo nas freguesias da Sé, S. Lourenço e S. António.

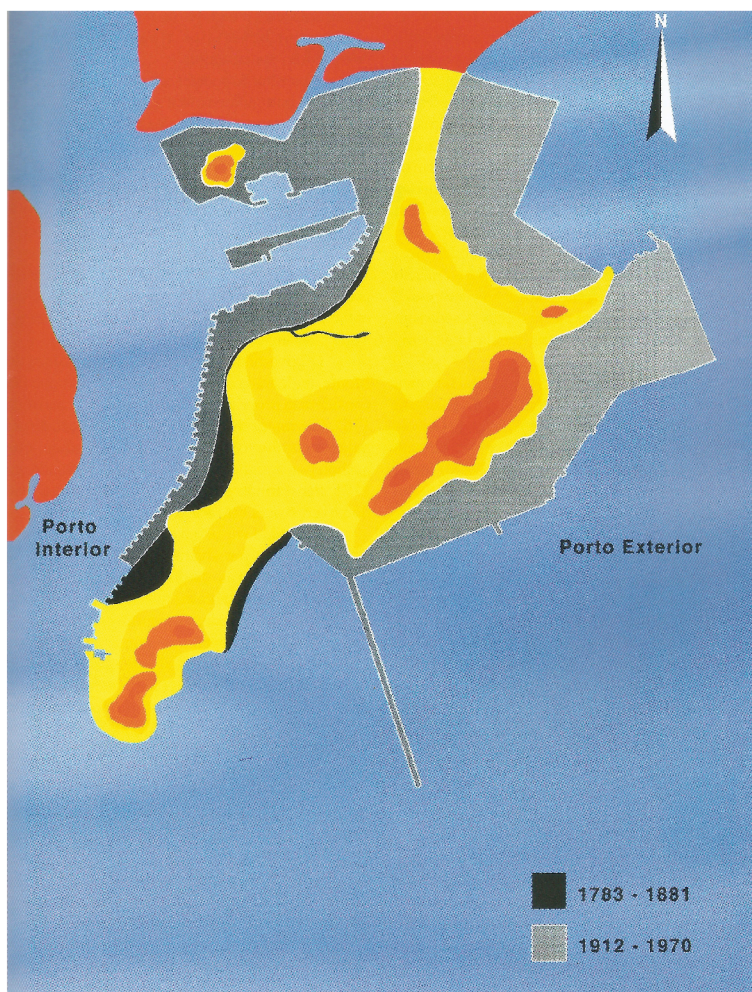


Fig. 18 - Esquema da evolução dos aterros da Península de Macau.



Fig. 19 - Porto Interior - Macau, 1903.

Com a soberania portuguesa estendida a todo o território, a cidade sofreu, inevitavelmente, algumas alterações. Ferreira do Amaral, enquanto governador, definiu um sistema viário moderno que ligava a cidade portuguesa às aldeias chinesas. Algumas destas vias tomaram como referência caminhos antigos.

Neste processo de ocupação de novos espaços no território, para além de serem renovados e modernizados as antigas, construíram-se novas fortificações. Destas pode-se destacar o forte de Mong-Há e a fortaleza de D. Maria II.

A população chinesa concentrava as suas actividades comerciais ao longo do Porto Interior e na zona do Bazar. No entanto, quando em 1850 se concretiza o aterro entre a rua do Seminário e a praia do Manduco, esta área, de ruas paralelas perpendiculares ao mar, passa a ser mais um ponto de concentração de comércio e pequenas fábricas de cariz artesanal dos chineses. Antes de concretizado o aterro, a frente de mar era definida pela rua Praia do Manduco.

Durante o governo de Coelho do Amaral o território teve um período de grande estabilidade pelo facto da soberania portuguesa estar mais forte. Assim, foi possível executar melhorias no espaço urbano. Foi aberta uma estrada que ligava a cidade portuguesa às Portas do Cerco. Ao mesmo tempo que se definiam regras de gestão do território, destruíam-se as muralhas de separação da cidade com o resto do território. Além disso, foram feitas obras de melhoria do já existente. Dotaram-se de infraestruturas os quarteirões chineses e as áreas envolventes à cidade, até então de carácter rural, foram assim adaptadas à expansão urbana. Foi também durante o governo de Coelho do Amaral que se realizou o aterro entre a Praia Grande e o Forte do Bom Parto.

Estas obras de transformação do território foram continuadas pelo governador seguinte, visconde de S. Januário. Foi executada a primeira fase do aterro marginal do Porto Interior e o aterro marginal desde a fortaleza do Bom Parto até à Barra.

Horta e Costa governou durante dois períodos; de 1894-1897 e de 1900 a 1904. Durante os seus governos foi elaborado um plano de ordenamento da zona do Tap-siac, Sá-Kong e Mong-Há. Para além do saneamento, esse plano previa a construção de uma avenida que ligasse a Estrada da Flora com um largo (actual rotunda Carlos da Maia) que articulava outras avenidas que organizariam a então várzea de Mong-Há. A essa avenida chama-se hoje Av. Horta e Costa. A avenida Vasco da Gama e avenida da República, assim como o aterro da Rua do Visconde de Paço de Arcos são, também, obras do mesmo governo.

No início do século XX ainda se vivia na cidade uma prosperidade financeira que permitiu a elaboração de um plano de saneamento que se estendia a todo o território. Para a concretização desta obra foram, em 1913, expropriados vários imóveis, maioritariamente casas e barracas. Na sequência desta obra surge uma outra que viria alterar a imagem da cidade _ o início da abertura da Av. Almeida Ribeiro, em 1915. Mas só em 1918, depois de concluídas as expropriações no Largo do Senado é que a avenida chega à Praia Grande.



Fig. 20 - Planta de Macau, 1912.



Fig. 21 - Fotografia da Av. Almeida Ribeiro, anos 70.

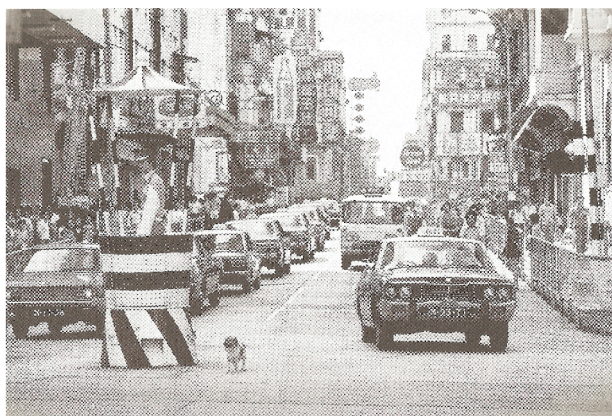


Fig. 22 - Fotografia da Av. Almeida Ribeiro, anos 70.

*“Em 1915 ganha forma uma grande decisão urbanística: a abertura da Av. Almeida Ribeiro. Trata-se aqui de uma intervenção forte e significativa (...) e abraça dois bem diferenciados sectores da cidade; é o golpe definitivo na colina que outrora separou chineses e portugueses, é a cidade unificada.”*⁵

Nesta altura são também efectuados os aterros dos bairros de S. Miguel, Long-T'in-Tchin e Mong-Há. Depois de concluída a abertura da Av. Almeida Ribeiro foram alargadas algumas ruas _ rua Entre Campos, Marginal da Barra e Rua do Tarrafeiro. Mais tarde, em 1924, é alargada a Rua Marginal do Porto Interior (entre o Pagode e o Largo da Barra).

Nesta altura surgiu também o “regulamento dos serviços das obras particulares e de salubridade das edificações urbanas da cidade de Macau” como tentativa de controlar/organizar a expansão da cidade que nesta fase praticamente duplica a sua extensão.

Ao mesmo tempo, foram inaugurados em Macau vários equipamentos como rádio, liceus, companhias aéreas. De destacar a inauguração do Presidente Hotel (hoje chamado de Hotel Central) que, à data, era o edifício mais alto de Macau.

À época, a Av. Almeida Ribeiro tornou-se num ponto de grande concentração de serviços, nomeadamente no troço que liga o Largo do Senado à Av. Da Praia Grande, era o centro económico da cidade. Nesta rua, para além da agência do banco de Macau (B.N.U.) encontrava-se ainda um elevado número de casas de câmbio. Aqui desembocava a Rua Direita (Actual Rua Central) que até ao largo da igreja de S. Lourenço concentrava casas comerciais direccionadas a servir os europeus residentes em Macau _ Barbearias, ourivesarias, tecidos, produtos alimentícios...

“A expansão para além das muralhas prossegue e colmata-se, novos aterros se criam na área do istmo, na Praia Grande e no Porto Exterior.

E o Macau de hoje renova-se em grande parte por demolição e cresce em altura ao mesmo tempo que projecta e aguarda novas áreas de expansão.

*É o Macau que vai perdendo “a sua diferença” num processo de autodestruição. Mas é, também ainda, o MACAU da ESPERANÇA.”*⁶

5 Relatório PIU Av. Almeida Ribeiro – Macau, Relatório da 2ª Fase, Outubro 1983, pág. 6

6 Relatório PIU Av. Almeida Ribeiro – Macau, Relatório da 2ª Fase, Outubro 1983, pág. 6



Fig. 23 - Primeira edição do Jornal "Abelha da China", 1822

3.1 Cronologia

- 1553 - Chegada dos Portugueses a Macau com o pretexto de secar mercadoria depois de apanhados por uma tempestade.
- 1557 - Consentido estabelecimento dos Portugueses em Macau.
- 1559 - Igreja de S. Lourenço.
- 1560 - Igreja da Misericórdia.
- 1573 - Construção das “Portas do Cerco”.
- 1580 - Portugal sob o domínio da Coroa Espanhola (aprovação de um governo local por não ser reconhecida a autoridade espanhola no território).
- 1583 - Fundação do Leal Senado.
- 1593 - Convento e Igreja de S. Paulo.
- 1602 - Conclusão da Igreja de S. Paulo.
- 1604 - Tentativa Holandesa de atacar e tomar Macau.
- 1630 - Há em Macau cerca de 1000 Portugueses.
- 1685 - Abertura do porto de Cantão aos estrangeiros. (Até então Macau era o único entreposto comercial da China com o exterior)
- 1749 - É proibida a construção de novas casas sem a autorização das autoridades chinesas.
- 1821 - Conclusão das obras do Porto Interior.
- 1822 - É publicado o primeiro jornal Português em Macau - “A abelha da China”.
- 1831 - Macau é afectado por um tufão que destroi várias casas na zona da praia grande. A Igreja da Penha e a Sé Catedral ficaram parcialmente destruídas. O tufão foi seguido de incêndio que destruiu mais de 400 edifícios.
- 1834 - Extinção das ordens religiosas _ abolição das ordens religiosas e secularização dos respectivos bens, que foram transferidos para o estado e instituições ou vendidas a particulares.
- 1835 - Outro Incêndio destroi o edifício mais embleemático de Macau, Igreja, Convento e Colégio de São Paulo.
- 1835 - A população de Macau era estimada em 34.628 habitantes (dos quais, 4.628 eram Portugueses ou outros europeus, e 30.000 eram Chineses(dos quais 13.000 eram cristãos)).
- 1840 - Guerra do Ópio.
- 1843 - foi fundada a cidade de Vitória pelos Ingleses em Hong Kong.
- 1844 - Macau tornou-se colónia directamente dependente de Lisboa. (até esta data fazia parte do estado português da Índia).
- 1846-1849 - Governo de Ferreira do Amaral.
- 1849 - foi estabelecida uma área para o cemitério chinês entre o bosque de Mong-Há e o Pagode novo.

- 1850 - A população portuguesa aumentava muito devagar em comparação com a chinesa.
- 1850 - Começou a existir um maior desenvolvimento na parte oeste da cidade _ entre a rua do seminário e o porto interior.
- 1850 - Aterro da área entre a Rua do Seminário e a praia do Manduco.
- 1862 - A China reconhece oficialmente o poder político português em Macau. (tratado ratificado dois anos depois por desentendimentos)
- 1863-1866 - Governo de Coelho do Amaral.
- 1865 - É criado um grupo de intérpretes de chinês para dar apoio à Administração.
- 1868 - Autorizada, pelo governo português a criação de uma escola de português para chineses.
- 1870 - Macau e Timor passaram a ter capacidade de eleger dois deputados com representação na Corte.
- 1872-1874 - Governo de visconde de S. Januário.
- 1874 - Outro tufão afectou Macau causando muitos estragos, sobretudo nas zonas chinesas.
- 1880 - A indústria foi estabelecida no aterro junto à Ilha Verde, onde uma fábrica do cimento foi aberta. Surgiram também algumas lojas.
- 1887 - Novo tratado assinado entre portugueses e chineses estabelecendo-se o estatuto de Macau_ definido como uma possessão portuguesa.
- 1894 - Início da guerra sino-japonesa.
- 1894-1897 - Governo de Horta e Costa.
- No final do século XIX era claro para as autoridades de Macau que eram necessárias novas facilidades portuárias.
- 1900 - Guerra dos Boxers.
- 1900-1904 - Governo de Horta e Costa.
- 1906 - Inauguração da energia elétrica.
- 1910 - Instauração da República em Portugal. (São expulsas ordens religiosas e fecham algumas escolas)
- 1911 - Instauração da República na China.
- 1914-1916 - Governo de Carlos da Maia.
- 1915 - Abertura da Av. Almeida Ribeiro.
- 1918 - Conclusão da abertura da Avenida Almeida Ribeiro.
- 1918-1919 - Governo de Tamagnini Barbosa.
- 1920 - Inaugurado o serviço telegráfico entre Hong Kong e Macau.
- 1926-1931 - Governo de Tamagnini Barbosa.
- 1928 - Fim da guerra sino-japonesa _ assinado tratado de paz.
- 1937-1940 Governo de Tamagnini Barbosa.



Fig. 24 - Vista do lado ocidental da cidade. Hotel Lisboa à direita.



Fig. 25 - Ponte Nobre de Carvalho.

- 1950 - Arquitectos portugueses vão-se fixando na Península.
- 1969 - Início da construção da Ponte Macau-Taipa (Ponte Nobre de Carvalho) com projecto do Engº Edgar Cardoso. (inaugurada em 1974)
- 1970 - Contrução do Hotel Lisboa.
- 1981 - Governador Vasco Almeida e Costa. (nomeado pelo presidente Ramalho Eanes)
- 1982 - Criação do Instituto Cultural de Macau.
- 1984 - Chineses reclamam a Portugal a soberania sobre o território de Macau depois de chegarem a acordo com o Reino Unido sobre a transferência de Hong Kong.
- 1986 - Governador Joaquim Pinto Machado.
- 1987 - Depois de longas negociações é assinado o acordo entre Portugal e China para a transferência do território de Macau a 20 de Dezembro de 1999.
- 1987 - Governador Carlos Melancia.
- 1991 - Governador Vasco Rocha Vieira.
- 1994 - Inauguração da Ponte da Amizade. (Macau-Taipa)
- 1995 - Inauguração do Aeroporto Internacional de Macau.
- 1999 - dia 20 de Dezembro – Transferência de poderes. Início da RAEM (Região Administrativa Especial de Macau).